



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Barcarena-PA, 25 de novembro de 2019.



PARECER JURÍDICO SOBRE POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Referência: Processo de INEXIGIBILIDADE n.º 6-348/2019.
Interessado: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social.
Objeto: Contratação da empresa para prestação de serviços de assessoria e parametrização de sistema de RH para estudo de impacto financeiro na filha de pagamento em detrimento do novo plano de cargo, carreira e remuneração - PCCR.

Por força do disposto no art. 38, da lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico sobre a possibilidade de contratação em PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 685/2019 E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 6-348/2019, devidamente instruído com documentos:

- a) Requisição da Contratação, com as justificativas da necessidade para Contratação da empresa para prestação de serviços de assessoria e parametrização de sistema de RH para estudo de impacto financeiro na filha de pagamento em detrimento do novo plano de cargo, carreira e remuneração - PCCR;
- b) Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, contendo: Objeto do Contrato, Razão de Escolha, Preço e sua Justificativa, Contratação, Fundamento Legal e Dotação Orçamentária equivalente.
- c) Documentos diversos.

Passo a analisar.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social a Contratação da empresa para prestação de serviços de assessoria e parametrização de sistema de RH para estudo de impacto financeiro na filha de pagamento em detrimento do novo plano de cargo, carreira e remuneração - PCCR.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O caso "in" concreto trazido no presente procedimento, enquadra-se no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, III, ambos da Lei n.º 8666/93 e suas alterações; senão vejamos:

Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I -

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

.....

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;

Assim, justifica-se a contratação da empresa GOVERNANÇA/BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVIÇOS, pelas necessidades de análise, elaboração e conclusão de cálculos financeiros em folha de pagamento por fins de elaboração do PCCR, observando que a empresa possui comprovação documental sendo empresa exclusiva de notória especialização.

Ademais, verifica-se que o processo de inexigibilidade n.º 6-348/2019 observou de maneira devida os Princípios norteadores da Administração Pública, entre os quais se encontram os **PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICO**, os quais tem por finalidade o verdadeiro controle social das ações executadas pela própria Administração Pública.

Isto posto, estando justificada e comprovada a necessidade de Contratação da empresa para prestação de serviços de assessoria e parametrização de sistema de RH para estudo de impacto financeiro na folha de pagamento em detrimento do novo plano de cargo, carreira e remuneração - PCCR, com o objetivo de dar continuidade de modo adequado aos serviços obrigacionais da Administração Pública; observados, ainda, os Princípios da Legalidade, Eficiência e da Continuidade dos serviços público, bem como que o preço ofertado está compatível com o mercado, o que trará economia aos cofres público, a fim de se evitar prejuízos à Administração Pública, **opino favoravelmente pelos procedimentos e pela possibilidade de contratação no PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 685/2019 E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 6-348/2019**, em tudo obedecida a formalização do contrato de inexigibilidade.

Derradeiramente, anoto que está o presente processo condicionado a análise, apreciação e aprovação da autoridade superior.

Av. Crongé da Silveira, - Centro.
CEP: 68.445-000 - Barcarena-Pa
Tele: (91) 9250-7613

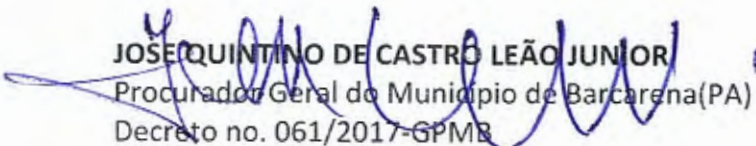


Estado do Pará
Município de Barcarena
Prefeitura Municipal de Barcarena



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

É o parecer. s.m.j.


JOSE QUINTINO DE CASTRO LEÃO JÚNIOR
Procurador Geral do Município de Barcarena(PA)
Decreto no. 061/2017-GPMB

